



29º Congresso Brasileiro de
Engenharia Sanitária e Ambiental

Saneamento Ambiental:
Desenvolvimento e qualidade de
vida na retomada do crescimento

05/10/2017

Tarifas, subsídios e recursos fiscais

João Paulo R. Capobianco



1ª pergunta: Quanto custa universalizar o acesso ao saneamento?

Direito humano: disponibilidade, qualidade, acessibilidade física e financeira e aceitabilidade

2ª pergunta: Quanto custa garantir a segurança hídrica?



Brasil medieval

É urgente abrir o debate sobre os reais custos do saneamento e o destino dos recursos arrecadados da sociedade

3ª pergunta: Quais as fontes de recursos para realizar esses investimentos?

A tarifa ainda é considerada a **principal** fonte e tratada por muitos como a **única** fonte.

Porém, existem outras:

- Orçamento público – governos locais, estaduais, nacional e internacional
- A cobrança pelo uso da água – instrumento da PNRH – (valores estão muito abaixo do aceitável – p. ex. R\$ 78 milhões arrecadados por todos os CBHs de SP em 2015)

O investimento público não pode seguir sendo ignorado antes da universalização dos serviços.

➤ Constituição Federal

- saúde e a moradia como direitos e garantias fundamentais
- melhoria das condições do saneamento básico como competência comum dos entes federativos:
- direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado

PNSB (2007): Princípio da universalização

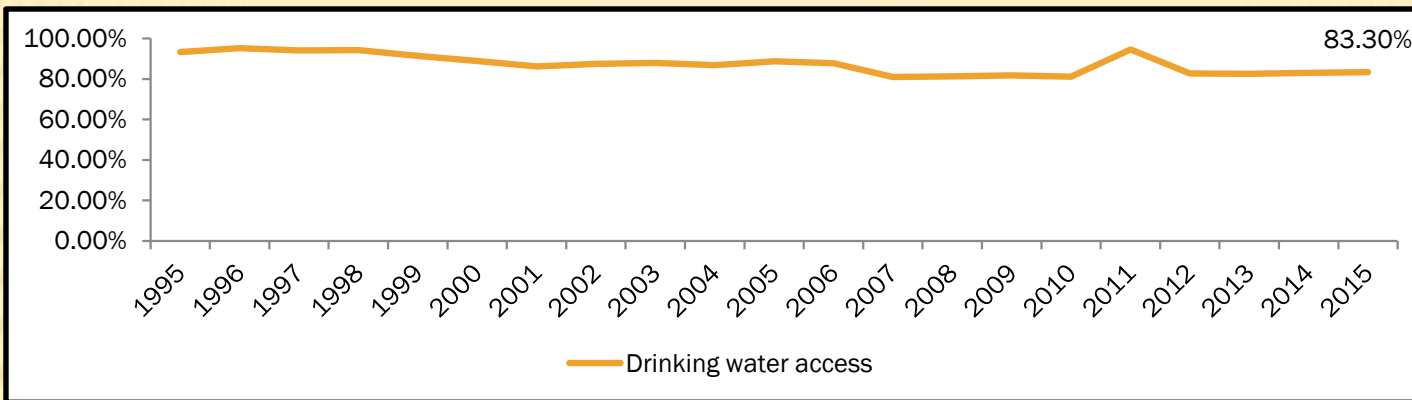
Plansab (2013): meta de universalização até 2033

➤ Resoluções da Assembleia Geral e Conselho de Direitos Humanos da ONU (2010 e 2015):

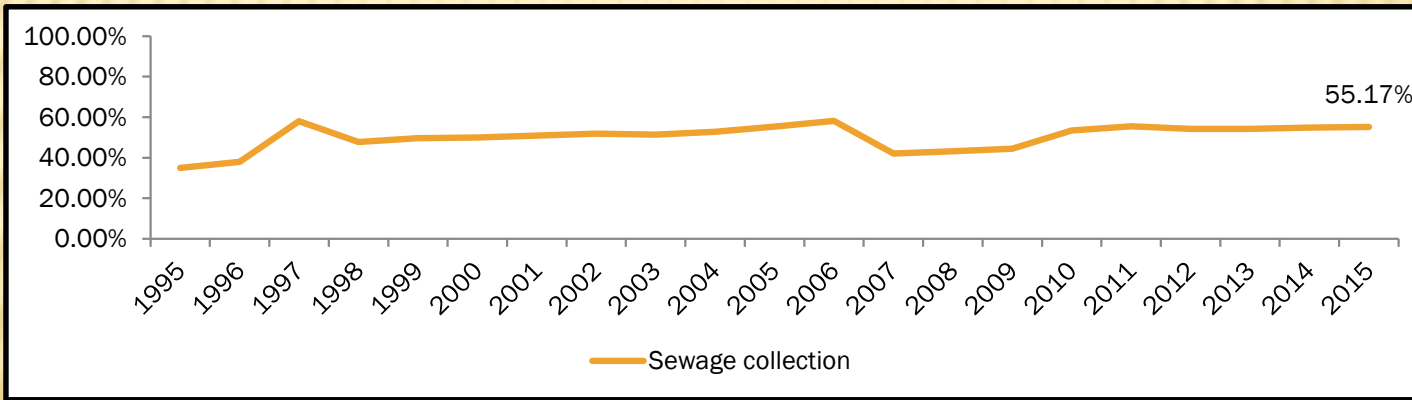
❖ **Saneamento básico é um direito humano fundamental**

Os Estados têm a obrigação indelegável de:

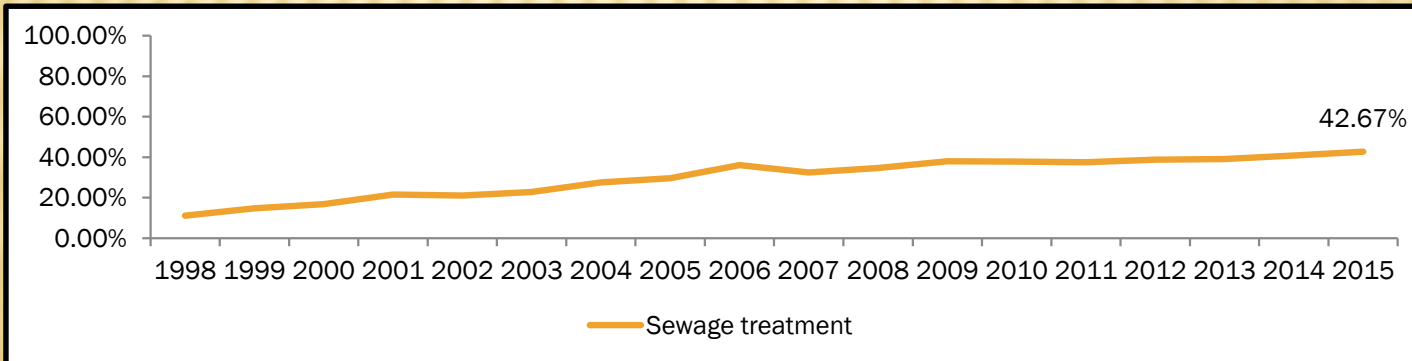
- Assegurar a melhoria progressiva
- Disponibilizar recursos orçamentários para investimentos



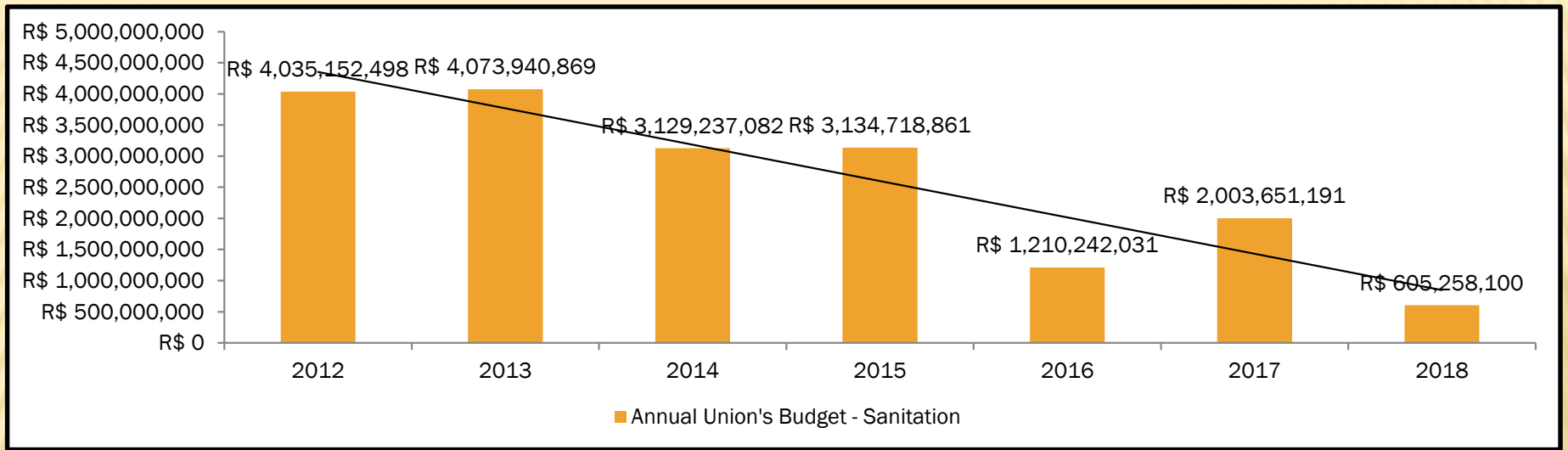
**Entretanto
nossos
índices estão
praticamente
estáveis nos
últimos 20
anos ...**



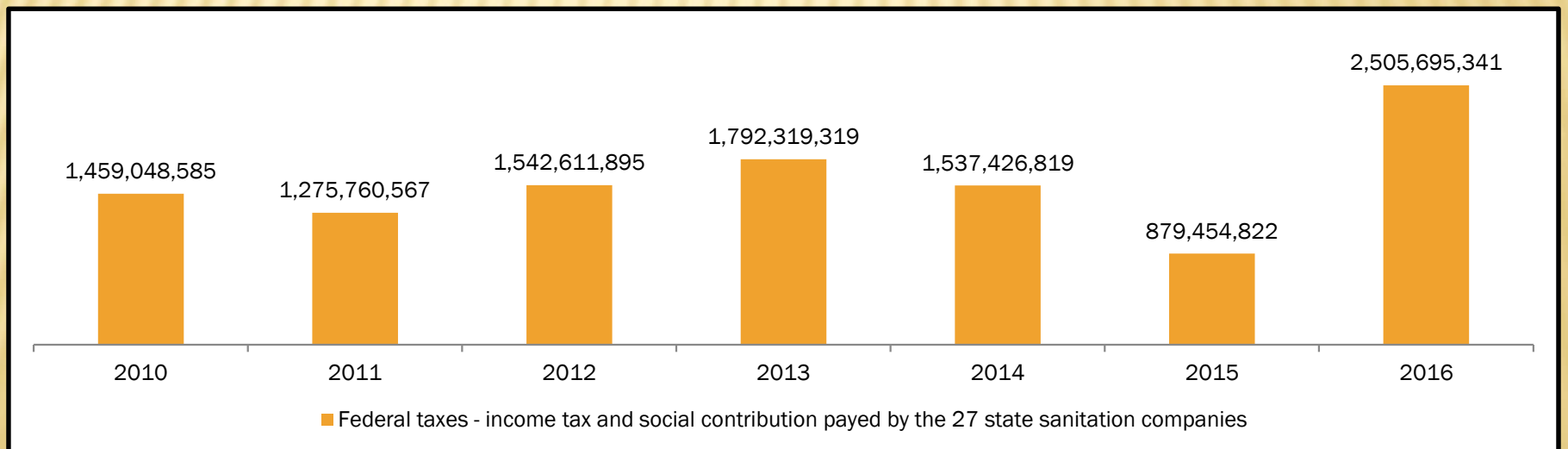
**... o que
cresce de
forma
constante e
exponencial é
a degradação
dos
mananciais.**



Fonte: SNIS, Ministério das Cidades



... os recursos disponibilizados pelo Gov. Federal estão diminuindo e, ao mesmo tempo, mais dinheiro está sendo por ele retirado do sistema (R\$ 10,9 bi nos últimos 7 anos).



Isso impacta nossa realidade ...

- 81% dos municípios despejam pelo menos metade do seu esgoto diretamente nos rios;
- menos de 40% da carga orgânica dos esgotos é tratada;
- quase metade da população não está ligada a uma rede de esgoto moderna;
- pouco menos de um terço da população não está ligado a coisa alguma

**34 milhões de
brasileiros sem
acesso à água
potável**

**100 milhões de
brasileiros sem
coleta de esgoto**

**36,7%
Média nacional de
perdas na
distribuição**

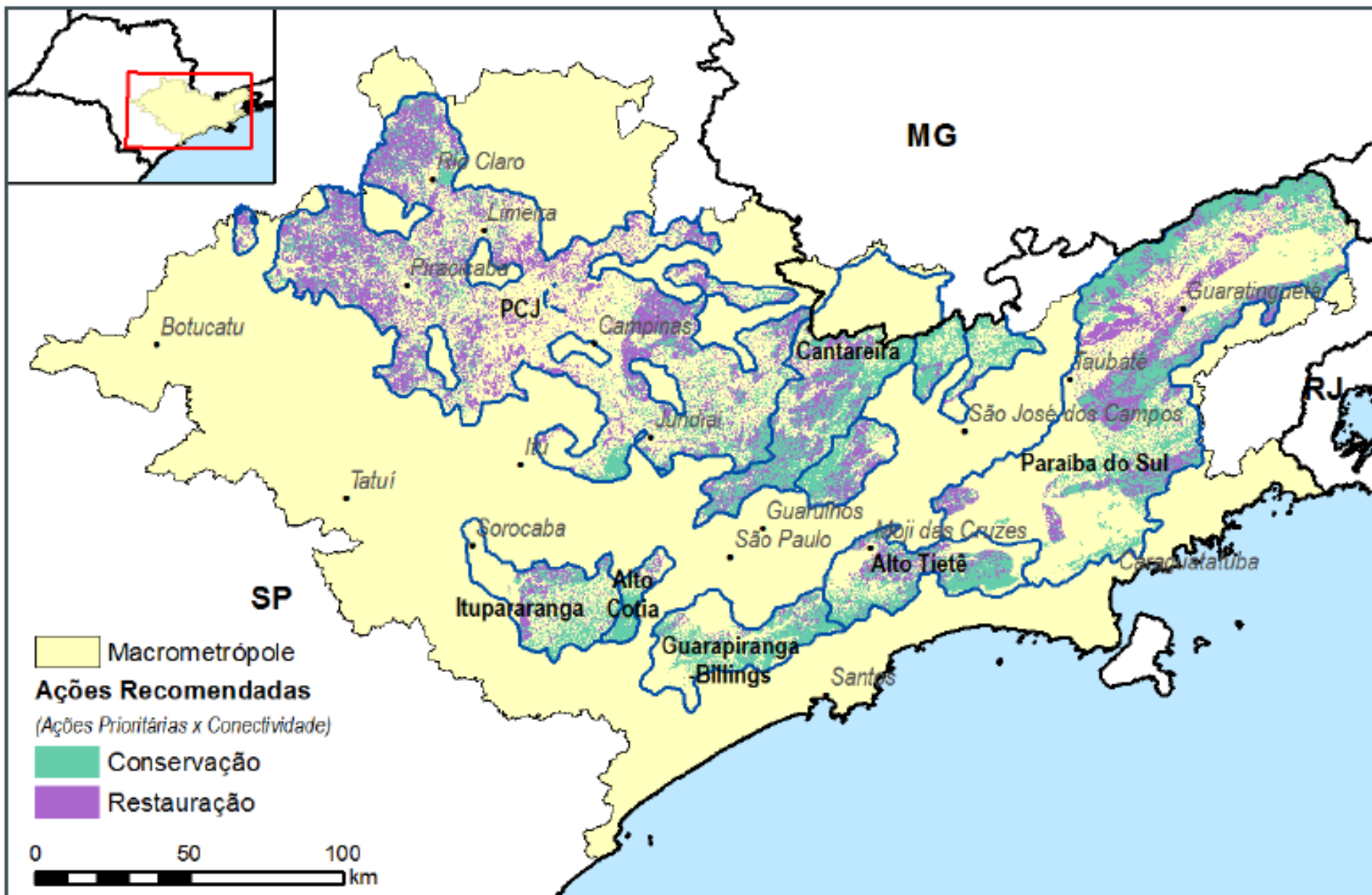
**A tarifa deve seguir
sendo a principal fonte
para investimentos?
Qual o papel do Estado?**

Voltando para a tarifa ...

... É preciso calibrar a precificação e a estrutura tarifária para cuidar dos outros elementos da segurança hídrica



Isso impacta nossa realidade ...



Isso impacta nossa realidade ...

Conservação

Sistema	Área (ha)	%
Alto Cotia	13.419	53%
Alto Tietê	50.281	41%
Cantareira	80.585	32%
Guarapiranga-Billings	44.012	40%
Itupararanga	31.930	29%
Paraíba do Sul	240.930	30%
PCJ	184.265	19%
Total das áreas	645.422	27%

Restauração

Sistema	Área (ha)	%
Alto Cotia	2.673	10%
Alto Tietê	21.369	17%
Cantareira	41.775	17%
Guarapiranga-Billings	6.919	6%
Itupararanga	15.433	14%
Paraíba do Sul	140.687	17%
PCJ	346.810	37%
Total das áreas	575.646	24%



Água é a matéria-prima do saneamento

Investimentos nos mananciais são urgentes

Exemplos do que já está sendo feito:

Copasa (MG)

A empresa é proprietária de 14 áreas de proteção ambiental (23 mil ha)
Nova revisão tarifária (2017) prevê incentivos tarifários para investimentos em redução de perdas, volume e qualidade de tratamento de esgoto (bonificação e penalização)
0,5% da receita operacional para o Programa “Pró-mananciais”.

Camburiú (SC)

Em curso a revisão tarifária da EMASA -> inclusão de taxa de conservação para PSA na ordem de R\$ 0,02/m³, equivalente a um aumento de 0,4% da tarifa atual

Nova York (1990)

Prefeitura comprou áreas prioritárias

Implementação de instrumentos baseados no princípio poluidor-pagador

Parceria com proprietários rurais para evitar a ocupação urbana e promover agricultura familiar

Investimento da Prefeitura em PSAs

Outros: Juiz de Fora (MG), Botucatu (SP), Munique (Alemanha)

Para que as propostas avancem, algumas condições devem ser asseguradas:

- **Transparência**
- **Comunicação**
- **Educação cidadã**
- **Educação corporativa**

Cenários para universalização

Prioridades para investimento

Obrigado

João Paulo R. Capobianco
capobianco@idsbrasil.org

www.idsbrasil.org

